



Sete teses sobre a agricultura camponesa

Jan Douwe van der Ploeg

17

1. A agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial

Embora com peso relativo e interrelações que variam consideravelmente, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo atual resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados (Fig. 1). São eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada.

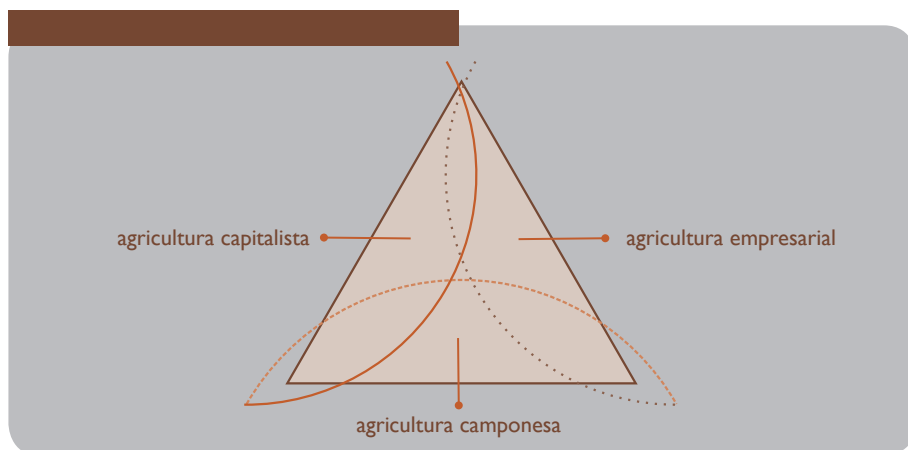
Ao mesmo tempo, a dependência do capital financeiro torna-se a principal característica da agricultura empresarial, favorecendo a economia de escala e rápidos (embora frequentemente parciais) aumentos de produtividade.

Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela, se não a maioria esmagadora da população agrícola do mundo.

É enorme e indispensável sua contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral.

Especialmente sob as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais.

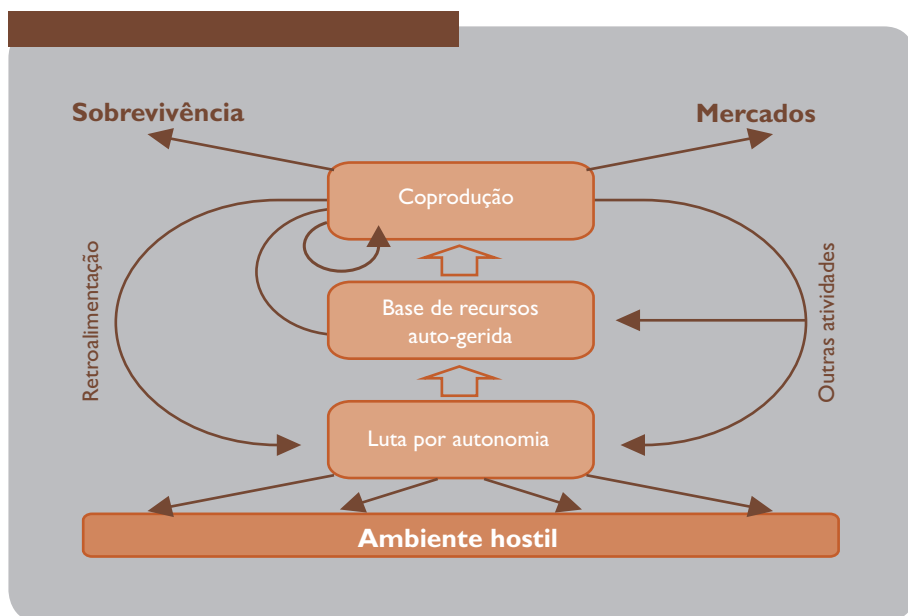
Figura 1. A diferenciação da agricultura mundial



2. A atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa

Para falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade podemos utilizar o conceito de condição camponesa. A agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (Fig. 2).

Figura 2. Coreografia da condição camponesa



Apesar das muitas diferenças entre a agricultura dos países desenvolvidos e a dos países em desenvolvimento, é importante notar que ambas estão submetidas a elevados níveis de dependência. As vias e os mecanismos dessa dependência, assim como o grau de privação, marginalização e insegurança associadas, podem variar, mas os agricultores nas duas regiões estão confrontados com um ambiente hostil. Nos países desenvolvidos, o fenômeno se dá por meio de diferentes formas de pressão sobre a agricultura,¹ esquemas regulatórios e pelo poder do agronegócio.

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente.

Essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica prevaiente, a sobrevivência e o desenvolvimento da base de recursos autogerida podem ser fortalecidos por meio da inserção em outras atividades não-agrícolas. Tomadas em conjunto, essas relações são concatenadas num fluxo de atividades estrategicamente ordenado ao longo do tempo.

3. A luta por autonomia fundamentalmente implica – e funciona como – a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico

A agricultura camponesa tende a se basear principalmente em um capital de recursos não-mercantilizado associado a uma circulação de recursos também não-mercantilizada. Isso está sintetizado na Figura 3 (derivada do trabalho de Victor Toledo), na qual a letra *N* refere-se a natureza; *S*, a sociedade; e *P*, a produção camponesa. A produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na

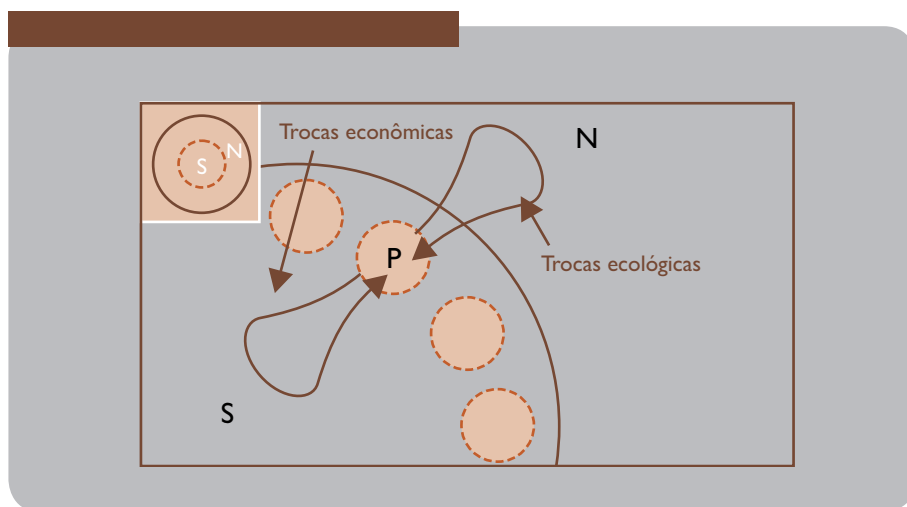
¹ *Squeeze on agriculture*, no original. O autor refere-se à *tesoura de preços* representada pelo aumento dos custos de produção e à queda da remuneração pelos produtos agrícolas. (nota do Editor)

mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). Se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista).

Nesse sentido, os *níveis de campenização* tornam-se essenciais para a análise da agricultura. Esses níveis variam no tempo e no espaço. A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses *meios e insumos* são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial. Sendo assim, a agricultura camponesa é de fato autossuficiente (ou autoabastecida).

Consequentemente, a produção camponesa visa: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução.

Figura 3. Trocas econômicas - trocas ecológicas



4. A centralidade do capital ecológico ajuda a desenvolver (de forma sustentável) a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas

A posição específica ocupada pelo campesinato na sociedade como um todo – condição camponesa – tem implicações importantes sobre a maneira como a agricultura camponesa se estrutura. A primeira, e provavelmente a mais importante de todas essas implicações, é que a agricultura camponesa está voltada para produzir

tanto valor agregado quanto possível sob as circunstâncias dadas, e que seu desenvolvimento visa, acima de tudo, aumentar o valor agregado² na unidade produtiva. Esse foco na criação e ampliação do valor agregado reflete a condição camponesa: o ambiente hostil é enfrentado por meio da geração independente de renda no curto, médio e longo prazo.

Por mais que a centralidade da produção de valor agregado possa parecer autoevidente, essa característica claramente *distingue* a agricultura camponesa dos outros tipos de agricultura. Embora o modo empresarial também se oriente para a produção de valor agregado, o seu progresso é construído essencialmente pelo aumento de escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas (frequentemente as pequenas). Dessa forma, a *apropriação* das oportunidades de produzir valor agregado também faz parte da sua estratégia.³ A agricultura capitalista centra-se na produção de lucros, mesmo que isso implique a redução do valor agregado total.

Essa distinção entre o padrão camponês e os padrões empresarial e capitalista de produção é essencial para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Enquanto empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, mas com estagnação ou decréscimo do volume total de valor agregado em nível local e regional, o progresso construído pelo camponês reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região.

O ambiente no qual a agricultura está inserida influencia significativamente os níveis de valor agregado e a forma como se desdobrarão ao longo do tempo. A agricultura camponesa, em particular, precisa de espaço para realizar seus potenciais. Se tal espaço político-econômico não estiver disponível, em razão de interações negativas entre a agricultura camponesa e a sociedade à qual ela pertence, a capacidade de concretizar esses potenciais será bloqueada.

Uma segunda característica que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade de produção e consumo é limitada e está sob crescente pressão. Isso decorre de mecanismos internos, tais como questões envolvendo herança, que implicam principalmente a partilha de recursos entre um número crescente de núcleos familiares. Também se deve a pressões externas sobre os recursos como, por exemplo, mudanças climáticas e/ou usurpação de recursos por interesses de grandes corporações voltadas para a exportação.

Os camponeses não procurarão compensar essas pressões aumentando sua base de recursos por meio do estabelecimento de relações de dependência substanciais e duradouras com os mercados de insumos, uma vez que isso se choca com a busca por autonomia e implicaria também altos custos de transação. A (relativa) escassez de recursos disponíveis eleva a importância do aprimoramento da eficiên-

² Valor agregado corresponde à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo. É expressa na diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção (consumos intermediários). O VA é um importante indicador do grau de autonomia produtiva e de eficiência no uso dos recursos disponíveis nos sistemas agrícolas. Sistemas com altos valores de produção e baixo VA empregam grande parte do seu faturamento na remuneração de agentes externos, como fornecedores de insumos e serviços. (nota do Editor)

³ Um exemplo vem do plano do governo holandês e da indústria leiteira de promover o aumento médio da escala de produção de 60 vacas para um número entre 300 e 500 cabeças. Para que esse plano seja implantado, muitas famílias terão que vender seus recursos que serão acumulados para viabilizar a expansão das unidades empresariais.

cia técnica. Na agricultura camponesa, isso significa obter níveis máximos de saídas com os recursos disponíveis, mas sem deteriorar sua qualidade.

Uma terceira característica diz respeito à composição quantitativa da base de recursos: a força de trabalho será sempre relativamente abundante, enquanto os meios de trabalho (terra, animais, etc.) serão relativamente escassos. Em associação com a primeira das características distintivas, isso significa que a produção camponesa tende a ser intensiva: a produção por cada unidade de trabalho será relativamente alta e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação baseado no trabalho.

Também é importante considerar a natureza qualitativa das interrelações próprias à base de recursos. Isso traz à tona a quarta característica do campesinato: a base de recursos não pode ser separada em categorias de elementos opostos e contraditórios – trabalho *versus* capital, ou trabalho manual *versus* atividade intelectual. Ao contrário, os recursos materiais e sociais disponíveis se articulam numa unidade orgânica que pertence e é controlada por aqueles envolvidos diretamente no processo do trabalho. As regras que governam as interrelações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos) são tipicamente derivadas e incorporadas à cultura local, incluindo as relações de gênero. Os tipos de equilíbrio interno da família camponesa descritos na obra de Chayanov⁴ (p. ex., aqueles entre penosidade do trabalho e satisfação de necessidades) também cumprem papel importante.

Uma quinta característica (que dá sequência às anteriores) diz respeito à centralidade do trabalho: a produtividade e o futuro progresso da unidade produtiva camponesa dependem criticamente da quantidade e da qualidade da força de trabalho. Aspectos a isso relacionados incluem a importância do investimento de trabalho (terraços, sistemas de irrigação, instalações, gado cuidadosamente melhorado e selecionado, etc.), a natureza das tecnologias empregadas (foco na habilidade em oposição à mecanicidade) e a inventividade camponesa.

Em sexto lugar, deve-se fazer referência à especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e os mercados. A agricultura camponesa está tipicamente enraizada em (e ao mesmo tempo envolve) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não-mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias.

Do ponto de vista neoclássico, são irrelevantes as diferenças entre a situação de autoabastecimento ativamente construído (ou seja, uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida) e aquela caracterizada por alta dependência do mercado. Entretanto, vistas desde uma perspectiva neoinstitucional, ambas as situações representam típicos exemplos de um dilema básico: *fazer* ou

⁴Alexander Chayanov (1888-1930). Estudioso russo que foi chefe da seção agrária da Academia de Ciências da URSS e um dos principais expoentes da Escola da Organização da Produção, que tinha como objetivo central apoiar os camponeses na melhoria da gestão dos recursos disponíveis. (N.T.)

comprar? A resposta camponesa típica para esse dilema é tão relevante para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento.⁵

As características acima apresentadas conjugam-se para compor a peculiar natureza da agricultura camponesa. Embora seja quase sempre mal compreendida e materialmente distorcida, ela é orientada primordialmente para a busca e a subseqüente criação de valor agregado e emprego produtivo. Já nas formas empresariais e capitalistas de agricultura, os lucros e os níveis de renda podem ser aumentados com a redução do trabalho investido. As duas modalidades não só se desenvolvem por meio de fluxos contínuos de saída do trabalho da agricultura, como também contribuem para o fenômeno. Isso não acontece nas unidades camponesas e, quando acontece, representa um retrocesso. Na produção camponesa, a emancipação (enfrentando com êxito o ambiente hostil) coincide necessariamente com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Isso ocorre em decorrência de um lento, porém persistente, aprimoramento da base de recursos e/ou da melhoria da eficiência técnica.

5. O mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes

A atual crise agrária emerge a partir da interação entre (1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em *impérios alimentares* que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

A industrialização da agricultura é um processo que tem em vista especialmente os modos empresarial e capitalista de produção agrícola. Ela envolve diversas dimensões, muitas das quais se relacionam com as explicações para a crise atual. A industrialização da agricultura implica uma desconexão – frequentemente extrema – da agricultura com a natureza e com as localidades: fatores naturais (tais como fertilidade do solo, bom esterco, variedades cuidadosamente selecionadas e raças localmente adaptadas) têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais que se expressam na forma de insumos externos e novos equipamentos tecnológicos. Em vez de ser construída em função do capital ecológico, a produção agrícola se tornou dependente do capital industrial e financeiro. Isso fez com que os custos variáveis se tornassem uma parte relativamente alta e rígida do custo de produção total, assim como reduziu drasticamente o excedente (ou margem) por unidade de produto final.

⁵ A economia neoclássica privilegia o mercado como elemento central de construção social. Tem como o princípio ordenador a livre iniciativa individual e a busca do equilíbrio ótimo entre essas iniciativas que, em tese, beneficiaria o conjunto da sociedade. As perspectivas institucionalistas rejeitam a idéia das preferências individuais em equilíbrio ótimo pela ação dos mercados e enfatiza os espaços institucionais (que incluem os agentes do mercado) na determinação das opções econômicas da sociedade. (nota do Editor)

O segundo processo é a reestruturação de mercados sob a égide do projeto neoliberal que se tornou dominante a partir da metade da década de 1990. Nesse sentido, o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio é um marco importante (WEIS, 2007). Embora apenas 15% da produção agrícola mundial cruzem fronteiras (tornando-se, portanto, parte de um mercado de fato global), os 85% restantes (que circulam em mercados nacionais, regionais e/ou locais) agora são alinhados pelos níveis de preços, tendências e relações que governam o mercado global.

A diferenciação previamente existente de mercados interconectados, local ou regionalmente centrados, que em certo nível refletia a especificidade dos preços relativos dos fatores em termos local ou regional, está sendo reestruturada em um mercado global cada vez mais caracterizado por um mesmo conjunto de níveis e índices de preços.

Esse mercado global permite, simultaneamente, enormes fluxos de mercadorias entre diferentes partes do globo. Essa possibilidade, junto com a extensiva mercantilização de todos os principais recursos (p. ex.: terra, água, sementes), criou uma característica completamente nova na agricultura e no mercado mundial de alimentos, isto é, a deslocalização de grandes sistemas agrícolas. Antes, a produção de aspargos era tradicional em áreas como Navarra, na Espanha, mas era desconhecida, por exemplo, no Peru. Nos últimos anos, o Peru tornou-se o maior exportador mundial de aspargos. O sistema *aspargo* agora segue rumo à China, onde encontra condições ainda melhores. Essa deslocalização aplica-se hoje a todos os produtos frescos. E aplica-se a qualquer lugar, introduzindo, assim, considerável insegurança e turbulência.

Polanyi certa vez escreveu que *deixar o destino da terra e das pessoas nas mãos do mercado é equivalente à sua aniquilação* (1957: 131). Essas palavras condizem agora mais do que nunca com os mercados agrícola e alimentar ativamente *globalizados*. Atualmente, essa turbulência não se reflete só em abruptas flutuações de preços, mas também ameaça a própria continuidade de muitos sistemas agrícolas. Mais do que qualquer outra coisa, é a insegurança que foi *globalizada*.

O mercado agrícola e alimentar liberalizado tornou-se uma arena na qual diferentes grupos do agronegócio passaram a disputar posição hegemônica. Por meio de uma série acelerada de apropriações, que foram facilitadas pela oferta praticamente ilimitada de crédito do mercado de capitais, os novos impérios alimentares foram construídos de forma a controlar crescentemente amplos segmentos da produção, processamento, distribuição e consumo globais de alimentos.

Paralelamente à expansão continuada de impérios alimentares já bem estabelecidos, como Nestlé, Unilever e Monsanto, muitos novos surgiram nos últimos 20 anos, incluindo Ahold, Parmalat e Vion, o império da carne do noroeste europeu recentemente criado. Alguns desses grupos mostraram a vulnerabilidade particular desses conglomerados. A Ahold esteve perto da falência em 2002 e, mais tarde, no mesmo ano, a Parmalat colapsou, deixando uma dívida total de 14 bilhões de euros. Os impérios alimentares detêm considerável monopólio de poder: está se tornando cada vez mais difícil, se não impossível, para os agricultores venderem seus produtos e para os consumidores comprarem sua comida *independentemente* dos circuitos controlados por eles.

Os impérios alimentares representam cada vez mais a *mão visível* que governa uma variedade de mercados por meio do controle sobre importantes elos

de ligação dentro e, especialmente, entre diferentes mercados. Por conseguinte, novos liames foram construídos entre espaços de pobreza e espaços de riqueza no campo da produção de alimentos. Produtos de elevado valor, tais como aspargos, vegetais, frangos, suínos, carne bovina, laticínios e flores, agora são produzidos, respectivamente, no Peru, Quênia, Tailândia, Brasil, Argentina, Polónia e Colômbia (se bem que amanhã podem mudar-se para países como China, Ucrânia e Madagascar) e transportados, frequentemente por via aérea, para o noroeste europeu e metrópoles dos Estados Unidos. Essas novas ligações permitem uma enorme acumulação de riqueza e ao mesmo tempo exercem uma descomunal pressão em outros espaços.

Na interface desses três processos, assistimos à criação de uma crise agrária global e persistente. Inicialmente, a liberalização dos mercados agrícola e alimentar e a emergência de impérios alimentares induziram um recrudescimento sem precedentes da pressão sobre a agricultura que se traduz cada vez mais em dificuldades para os agricultores continuarem a produzir (pois os preços estão muito baixos).

Em segundo lugar, os impérios alimentares ampliaram consideravelmente o hiato existente entre os preços oferecidos pela produção primária e aqueles pagos pelos consumidores. Os elevados preços pagos pelos consumidores agravam a fome e a subnutrição crônica – não somente em países em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos (onde, por exemplo, fenômenos como *bancos de alimentos* estão se tornando cada vez mais comuns). Atualmente, um bilhão de pessoas (!) estão confrontadas cronicamente com fome e subnutrição.

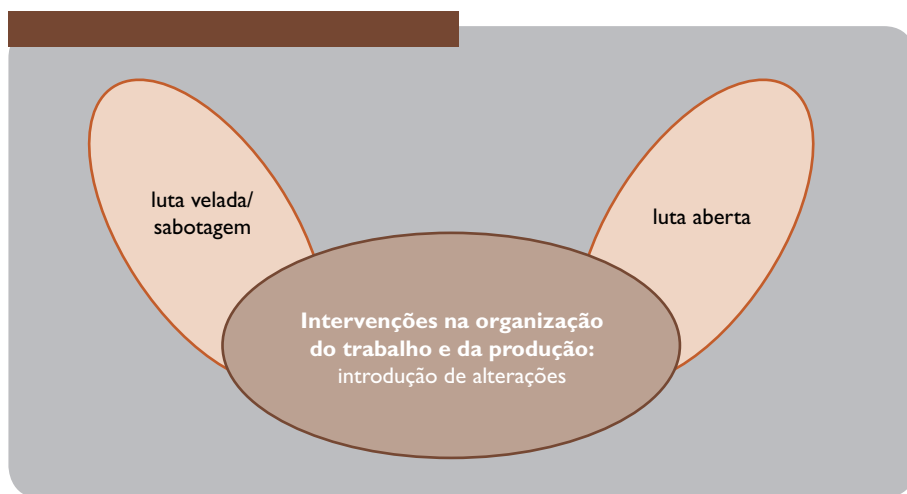
Em terceiro lugar, a liberalização dos mercados e, especialmente, as operações globais dos impérios alimentares provocaram elevados níveis de turbulência, que agora caracterizam não só o *mercado global stricto sensu*, como também a articulação dos muitos mercados alimentares nacionais e regionais que conectam materialmente a produção com o consumo de alimentos.

Entretanto, esses mesmos efeitos estão crescentemente se contrapondo aos requisitos intrínsecos das agriculturas empresarial e capitalista. Esses modos de produção precisam de previsibilidade (em oposição a turbulências), preços que compensem tanto as obrigações financeiras como os custos relacionados aos crescentes aportes de insumos (em oposição à pressão) e preços aos consumidores que permitam um aumento de demanda (em oposição aos preços que produzem considerável retração no consumo e exclusão de consumidores dos mercados de alimentos). Em resumo: os mesmos impérios alimentares que requerem produção agrícola industrial (para viabilizar a distribuição de grandes quantidades de matéria-prima padronizada e barata para posterior processamento e comercialização), estão contribuindo para destruí-la. Essa contradição particular (que se intensificou em razão da liberalização) tem provocado o surgimento de uma variedade de novos e permanentes fenômenos: pobreza (especialmente entre grandes produtores), reduzida margem de manobra devido a esquemas regulatórios asfixiantes (em parte impostos pelos impérios alimentares e, em parte, por agências estatais), contínua degradação do capital ecológico e um aumento substancial da quantidade e intensidade de tensionamentos entre agricultores e a sociedade em geral. O crescimento abrupto no número de *escândalos alimentares* é somente uma das muitas expressões de tais tensionamentos (nos EUA, o número de escândalos divulgados triplicou nos últimos 10 anos).

6. Se de um lado os campesinatos do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro eles constituem a maior resposta

Até recentemente, a resistência foi geralmente conceituada como um fenômeno que ocorre *do lado de fora* das já bem estabelecidas rotinas que estruturam o trabalho e os processos de produção. Isso se aplica especialmente àquelas formas de resistência que se expressam como lutas abertas: greves, protestos, bloqueio de estradas, ocupações, operações tartaruga, etc. Porém, a luta pode também se dar pelas beiradas, como no caso da resistência cotidiana, a oculta e camuflada resistência que foi magistralmente descrita por James Scott em sua obra *Weapons of the Weak (As armas dos fracos*, em tradução livre), de 1985. No entanto, há outros campos de ação nos quais a resistência se materializa. Esses campos de ação estão localizados *dentro* dos espaços de produção. Nos anos 1960 e 1970, testemunhamos um amplo leque de expressões urbanas, que foram teoricamente elaboradas na tradição do *operaismo* italiano (HOLLOWAY, 2002). Em tais formas de resistência, as estruturas técnico-institucionais de trabalho e dos processos produtivos são ativamente *alteradas*. Rotinas, ritmos, padrões de cooperação, sequências, mas também máquinas, seus ajustes e misturas de materiais utilizados, são todos alterados visando melhorar o trabalho e os processos produtivos e alinhá-los aos interesses, expectativas e experiências dos trabalhadores envolvidos. Assim, temos três formas de resistência (Figura 4), todas interconectadas por uma miríade de interrelações ligadas no tempo e no espaço.

Figura 4. Formas interrelacionadas de resistência



O que quero destacar é que a terceira forma de resistência – a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração – está onipresente na agricultura de hoje. Está presente no florescimento da Agroecologia, assim como é a principal força motriz das muitas formas de desenvolvimento rural autóctone que estamos testemunhando na Europa. A resistência é encontrada em uma ampla gama de *práticas* heterogêneas e crescentemente interligadas, por meio das quais o campesinato se constitui como *essencialmente diferente*. Essas práticas só podem ser

entendidas como uma expressão, se não como uma *materialização*, da resistência. A resistência reside nos campos, na forma como o *bom adubo* é preparado, as *vacas nobres* são cruzadas, as *propriedades bonitas* são construídas. Por mais ultrapassadas e irrelevantes que essas práticas possam parecer quando consideradas isoladamente, no atual contexto, elas tem cada vez mais assumido o papel de veículo pelo qual a resistência se expressa e é organizada.

A resistência reside também na criação de novas unidades camponesas de produção e consumo em áreas que em outras circunstâncias permaneceriam improdutivas ou seriam destinadas à produção em larga escala de cultivos para exportação. Reside ainda na apropriação de *áreas naturais* pelos agricultores. Em suma: a resistência reside na *multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas)* que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades.

Uma característica importante dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas conduzem à busca e à construção de soluções *locais* para problemas globais. Evitam roteiros prontos. Isso resulta em um rico repertório: a heterogeneidade das muitas respostas torna-se, assim, também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem.

Esse padrão reflete as novas relações que atualmente dominam em muitas partes do mundo: confrontações diretas são cada vez mais difíceis, quando não contra-producentes, e ao mesmo tempo as soluções globais estão cada vez mais desacreditadas. Portanto, essas novas respostas seguem um caminho diferente:

A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevalecentes de dominação (NEGRI, 2006: 54).

Considero que essa é uma boa descrição da multiplicidade de respostas envolvidas. A resistência do terceiro tipo é difícil de ser percebida. Está em todo lugar, assume múltiplas formas e é frequentemente inspiradora no sentido que reconecta as pessoas, as atividades e os projetos. Provê um fluxo constante e muitas vezes inesperado de expressões que volta e meia superam as limitações impostas pelos modos dominantes de ordenamento. Essas resistências são a expressão de crítica e de rebelião, um desvio das normas estabelecidas que engendra superioridade. Individualmente, essas expressões são inocentes e inofensivas, mas tomadas em seu conjunto tornam-se poderosas e podem mudar o panorama atual.

7. A resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos

As respostas para a atual crise agrária (especialmente em relação aos preços baixos e flutuantes, níveis crescentes dos custos e dificuldades associadas com o refinanciamento das dívidas) diferem consideravelmente. Basicamente, os agricultores capitalistas tendem a fechar suas fazendas-empresas, enquanto os agricultores empresários tendem a desativar seus negócios agrícolas ao mesmo tempo em que redire-

cionam seus recursos para outros domínios não-agrícolas. A agricultura camponesa é relativamente menos afetada: está menos endividada e requer muito menos aportes externos. Isso não quer dizer que os campesinatos do mundo passam incólumes pela crise. Pelo contrário, eles são gravemente afetados. Mas a sua maneira de *reagir* difere estruturalmente daquela escolhida pelos agricultores empresariais e capitalistas.

Os camponeses não desativam (nem fecham completamente) suas unidades de produção agrícola. Ao contrário, eles tendem a resistir de modos distintos, mas mutuamente interrelacionados: primeiramente, eles tentam, tanto quanto possível, aumentar a produção. A quantidade e a qualidade de seu próprio trabalho (familiar) continuam sendo aqui um fator-chave. Qualquer redução da produção total contrariaria imediatamente seus próprios interesses. Em segundo lugar, eles procuram reduzir os custos monetários enraizando ainda mais o processo de produção agrícola no capital ecológico disponível. Em terceiro lugar, eles se engajam, onde for possível, em lutas, arranjos institucionais e na construção de redes que lhes proporcionem melhores preços, maior segurança e melhor acesso aos recursos escassos. Em quarto lugar, o camponês procura, sempre que necessário, *cintos de segurança* (p. ex., pluriatividade e multifuncionalidade) que lhe permitam continuar produzindo (e proteger sua base de recursos), mesmo sob condições de extrema dificuldade.

Juntas, essas formas de resistência ajudam a defender, se não a aumentar, o valor agregado (ou renda) da unidade de produção camponesa. Na situação atual elas também se apresentam como a principal força motriz da produção de alimentos. O aumento da produção total de alimentos e a emancipação dos produtores são, no contexto da agricultura camponesa, coincidentes: uma tem implicações sobre a outra e vice-versa.

Há duas outras questões que vêm à mente de maneira quase inevitável:

1. O desenvolvimento da agricultura camponesa é ambientalmente sustentável?
2. Os diferentes campesinatos são capazes de alimentar o mundo?

Em relação à primeira questão, penso ser impossível alegar que as pessoas em situação de miséria sejam sempre e sob qualquer circunstância ambientalistas. Na linha de Martinez-Alier, pode-se dizer com segurança que isso é *falta total de noção* (2002: viii). No entanto, como argumenta Martinez-Alier, *na distribuição ecológicos dos conflitos, os pobres estão frequentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo* (ibid). Isso se deve à posição que ocupam na atual constelação imperial, assim como aos meios pelos quais eles estão construindo níveis de autonomia. Além disso, há outras razões importantes que explicam por que os pobres podem criar arranjos produtivos ambientalmente mais sustentáveis. Sem entrar em maiores detalhes, os mecanismos apresentados a seguir parecem ser importantes:

- a. Quando os espaços de produção são organizados em termos de coprodução (ou seja, com base no encontro, na interação e na mútua transformação do ser humano e da natureza viva), a produção será mais alinhada aos ecossistemas locais. Isso evita os muitos tensionamentos inerentes às formas mais padronizadas e industrializadas de organização e produção.
- b. Ao serem confrontados com mercados que cada vez mais impõem custos crescentes e preços finais baixos ou defasados, muitos produtores respondem com o fortalecimento da coprodução: aumentam o enraizamento de seus processos produtivos no uso e na reprodução da natureza (ou capital ecológico). Nesse sentido, a resistência flui em direção a novos padrões de sustentabilidade.

(...) penso ser impossível alegar que as pessoas em situação de miséria sejam sempre e sob qualquer circunstância ambientalistas. No entanto, na distribuição dos conflitos ecológicos, os pobres estão frequentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo.

- c. Os consumidores valorizam cada vez mais a autenticidade, os produtos recém-colhidos, o sabor e a diversidade e estão dispostos a remunerar produtores engajados em novas e apropriadas formas de sustentabilidade. Esse processo requer o compartilhamento do conhecimento a respeito da origem dos produtos e serviços, o que ajuda a criar e sustentar mercados que oferecem preços diferenciados (um pouco acima do valor convencional).
- d. As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção. Esse é um contraste marcante em relação aos processos produtivos estruturados nos moldes do Império. Nestes, os animais, por exemplo, são objetos descartáveis, enquanto nas economias camponesas eles são recursos preciosos e zelosamente cuidados.
- e. À medida que mais unidades de produção buscam uma transição para padrões poliprodutivos ou multifuncionais (em parte como resposta às incertezas dos mercados globalizados), há uma maior necessidade de externalidades positivas. Novamente, isso se traduz (ainda que indiretamente) em contribuições positivas para a sustentabilidade.
- f. Finalmente, quero fazer referência à notável capacidade dos camponeses de elaborar mecanismos de conversão que diferem das transações comerciais. Os mercados operam cada vez mais como o domínio exclusivo onde se organizam *todas as conexões, transformações e traduções*.⁶ Com a prática da resistência, estão sendo criados ou mantidos modos contrastantes, como a reciprocidade, trocas socialmente mediadas e empreendimentos voltados para o autoabastecimento, que permitem às pessoas se organizarem para além dos limites do mercado. Suas contribuições para a construção da sustentabilidade podem ser consideráveis. Como Marsden observou recentemente:

⁶ Em um mundo ordenado pela lógica de um Império, as conversões ocorrem por meio de transações monetárias, e cada transação deve ser rentável por si só. Para o Império, o valor de troca e a rentabilidade dominam qualquer outro tipo de valor de uso (HOLLOWAY, 2002, p. 262) ou, de acordo com Burawoy, “o modo de troca oprime o modo de produção” (2007, p. 4). Consequentemente, recursos, trabalho, conhecimento, produtos, serviços ou o que quer que seja, são todos convertidos em mercadorias. Assim, muitas relações tornam-se impossíveis, muitos recursos são inutilizados, muitas vidas são desperdiçadas e muitas conversões são impedidas.

É possível reconstruir o desenvolvimento rural em formas que aumentem as interações com a economia externa e maximizem, ao mesmo tempo, o valor social e econômico inerente às áreas rurais [...]. No entanto, isso não ocorrerá exclusivamente pelos mecanismos de mercado (2003).

Tomados em seu conjunto, esses pontos têm o potencial de transformar um mundo caracterizado, de um lado, por sérios problemas de sustentabilidade e, por outro, por milhões, senão bilhões de pessoas cujos destinos só podem ser pensados em termos da prática da resistência cotidiana.

Por último, devemos abordar a questão do potencial de os camponeses alimentarem o mundo (especialmente em 2050, quando a pressão demográfica atingirá seu ápice). Partimos da premissa básica de que a agricultura camponesa, do ponto de vista produtivo, é superior aos demais modos de produção agrícola. Isso foi amplamente demonstrado, por exemplo, nos estudos realizados na década de 1960 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida) na América Latina. O mesmo se aplica para o continente asiático. Mesmo sob condições adversas, os camponeses produzem muito mais por hectare (e também por quantidade disponível de água, etc.) do que as agriculturas empresarial e capitalista. Esse ponto foi enfatizado recentemente por Griffin *et al.* no *Journal of Agrarian Change*.

A superioridade produtiva da agricultura camponesa é visível não só nas nações em desenvolvimento, como também, por exemplo, na Europa. No livro *Camponeses e Impérios Alimentares*⁷ eu demonstrei como tal fenômeno se dá na Itália. Com base em um estudo longitudinal de 30 anos, foi possível verificar que a agricultura camponesa (na região de Emilia Romagna, em 1971) produzia (com as demais condições mantidas iguais) 33% a mais do que a empresarial. Essa diferença subiu para 48%, em 1979, e para 55%, em 1999.

Houve (e ainda há) acirrada polêmica sobre essa questão da superioridade produtiva. O ponto estratégico, no entanto, é que tal *superioridade produtiva* não está descolada da sociedade e da história. Basicamente, a superioridade produtiva é um *potencial*. Se ela será ou não *concretizada* depende seriamente do que Halamska definiu (numa referência ao campesinato polonês) como o *espaço*.

Se os camponeses tiverem suficiente espaço sociopolítico e econômico, eles podem promover níveis de produtividade e de produção às vezes impressionantes (como no caso da história agrária holandesa entre 1850 e 1950). Contudo, se esse *espaço* é cada vez mais limitado (ou em vias de ser expropriado), então podem ocorrer drásticos retrocessos. Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para a ampliação da autonomia, assim como apoiar as ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade.

⁷Ver resenha na página 164.

Referências bibliográficas:

BURAWOY, M. Sociology and the Fate of Society. **View Point**, jan.-jul. 2007. Disponível em: <<http://www.geocities.com/husociology/michaelb.htm?200711>>.

- CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola). **Tenencia de la tierra y desarrollo socio-económico del sector agrícola**. Peru. Washington DC, 1966.
- CIDA. Bodennutzung und Betriebsführung in einer Latifundio-landwirtschaft. In: FEDER, E. **Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft**. Hamburgo: Hofmann und Campe Verlag, 1973.
- GRIFFIN, K.; RAHMAN, A.Z.; ICKOWITZ, A. Poverty and the Distribution of Land. **Journal of Agrarian Change**, v. 2, n. 3, p. 279-330, 2002.
- HALAMSKA, M.A Different End of the Peasants. **Polish Sociological Review**, v. 3, n. 147, p. 205-268, 2004.
- HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. Madri: El Viejo Topo, 2002.
- MARSDEN, Terry K. **The Condition of Rural Sustainability**. Assen: Royal van Gorcum, 2003.
- MARTINEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- POLANYI, K. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1957.
- SCOTT, J.C. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven, Londres: Yale University Press, 1985.